



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção escrita

Ao longo dos anos, sempre houve quem entendesse que existe uma grande diferença de nível entre os serviços de saúde locais e os serviços de saúde das regiões vizinhas, e alguns residentes deslocam-se até à Grande Baía e aos países da Europa e dos Estados Unidos da América para consultas médicas. A situação real é assim tão terrível? Podemos começar pelas estatísticas dos últimos anos: "a esperança média de vida em Macau é de 83,7 anos, a taxa de mortalidade infantil é de 2,3 por 1000, a taxa de mortalidade materna é, desde há longa data, extremamente baixa e o índice de eficiência dos cuidados de saúde ocupa um lugar na liderança internacional". O problema é que tanto a sociedade civil como o Governo falam por si, mas o sentimento de felicidade dos cidadãos em relação aos serviços de saúde não consegue ser reflectido na opinião pública, o que merece, de facto, um estudo e uma maior atenção por parte do Governo e do sector da saúde.

Com o rápido desenvolvimento do sector da saúde registado nos últimos anos, as exigências da sociedade em relação aos profissionais de saúde têm vindo a aumentar. Como disponibilizar uma boa plataforma para os profissionais, a fim de atender às necessidades de desenvolvimento, como criar um sistema e um plano para orientar a formação contínua dos profissionais de saúde em Macau nas linhas de acção governativa e na distribuição de recursos, e promover a elevação conjunta do nível dos cuidados de saúde diferenciados e primários são das tarefas prioritárias dos serviços de saúde para manter a saúde da população, perseguindo o nível dos cuidados de saúde vizinhos. Como é do conhecimento geral, as despesas reais com os serviços de saúde públicos aumentaram de 1,1 mil milhões no início da transferência de soberania para mais de 8 mil milhões nos últimos anos. Por isso, o Governo tem investido muitos recursos na formação contínua nos hospitais públicos, privados e sem fins lucrativos, e a formação de um ano para os licenciados em medicina não é regular, apesar de ser condição necessária para o ingresso nos serviços públicos, pois a Academia de Medicina só se responsabiliza pela coordenação e formação de médicos especialistas. Por isso, os profissionais de saúde do sector privado da área dos cuidados de saúde primários só podem participar, ocasionalmente, em seminários ou cursos de formação



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

organizados por associações médicas ou instituições académicas, mas o problema é que todas as associações cuidam, em primeiro lugar, dos seus membros, e são poucos os lugares para os outros, assim, é preciso ter sorte para se conseguir uma inscrição.

Além disso, na resposta à minha interpelação escrita, o Governo refere que “quanto aos cursos de medicina, devem ser organizados por instituições académicas, como instituições de ensino superior e faculdades de medicina”. O problema é que a Faculdade de Ciências da Saúde e a Faculdade de Medicina da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau são entidades privadas, e o Governo não tem nenhuma razão para atribuir a responsabilidade de elevar o nível dos cuidados de saúde primários a uma instituição privada. Os Serviços de Saúde e o Instituto de Medicina Familiar da Universidade Chinesa de Hong Kong organizam, há mais de dez anos, três “Cursos de Diploma de Medicina Familiar”, e as inscrições têm diminuído, o que é natural, pois ninguém quer fazer o mesmo curso três vezes, pois não? Só com a organização de cursos diferentes é que será possível atrair mais pessoas e proporcionar mais meios de aperfeiçoamento, com vista a elevar o nível dos cuidados de saúde e beneficiar a população de Macau. Não será melhor assim?

O Governo da RAEM foi estabelecido há 20 anos, e antes disso, a política de saúde só dava importância aos cuidados de saúde públicos e especializados, não dava importância aos cuidados de saúde do sector privado nem aos cuidados de saúde primários, portanto, nenhuma instituição ou entidade académica assume qualquer responsabilidade em relação ao aumento do nível dos cuidados de saúde primários, situação que não é benéfica para a elevação do nível dos cuidados de saúde em geral, nem favorece o desenvolvimento sustentável do sector da saúde de Macau.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Desde o estabelecimento da RAEM, não foi criada nenhuma instituição ou unidade académica para coordenar e elevar o nível geral dos cuidados de saúde primários, especialmente no sector privado. Para além de reforçar a regulamentação do sector privado e aperfeiçoar as políticas relativas ao exercício de actividades médicas privadas, o Governo já pensou que o nível



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos cuidados de saúde no sector privado também pode afectar a avaliação que o público faz do nível geral dos cuidados de saúde de Macau? O sentido de felicidade dos cidadãos acerca da qualidade dos serviços de saúde em Macau nunca conseguiu ser reflectido na opinião pública. O sector privado da saúde entende que parte das razões pode estar relacionada com o facto de o Governo dar mais importância ao sector público do que ao privado e aos cuidados de saúde especializados em detrimento dos cuidados de saúde primários. O Governo dispõe de novas políticas ou medidas para melhorar estas assimetrias?

2. O Governo deve criar uma instituição específica para a formação contínua ao nível dos cuidados de saúde primários, por forma a que os profissionais de saúde do sector privado - que não têm dispensa para a frequência de formação nem subsídios do erário público, nem são patrocinados por instituições comerciais - possam ter oportunidades de aprendizagem iguais às dos profissionais de saúde do sector público, do hospital privado e das instituições médicas sem fins lucrativos. O Governo vai fazer isto?
3. A proposta de lei intitulada "Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde" prevê estágios, com a duração de 6 meses a 1 ano, destinados apenas a 15 tipos de profissionais de saúde que regressam a Macau após a conclusão dos seus cursos, não abrangendo os profissionais já no activo. Qual é a ideia do Governo em relação à "reflexão global sobre a formação contínua dos profissionais de saúde"? Existe algum plano concreto para que o nível dos serviços de saúde de Macau acompanhe o nível profissional desses serviços nas regiões vizinhas?

13 de Julho de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Chan Iek Lap**

IE-2020-07-13 Chan Iek Lap (P) CT-APN

3